

Confiança nos partidos: A crise de representação na Argentina, Peru e Brasil

Marina Martins Chebly¹
cheblymarina@gmail.com

Renato Duarte Caetano²
rduartecaetano@gmail.com

Área Temática: 02. Comportamiento Político, Electoral y Liderazgos

Resumo

A análise aqui apresentada investiga a influência que a confiança nos partidos políticos exprime sobre a adesão e satisfação com a democracia no Brasil, Argentina e Peru de duas formas: tanto em termos mais práticos, do ponto de vista eleitoral e como o eleitor se organiza com estes atalhos cognitivos na atualidade quanto sob a perspectiva teórica e como a literatura da ciência política lida com as mais recentes transformações no arranjo representativo democrático.

Dada a importância dos partidos políticos em um sistema democrático, colocados como as engrenagens vitais da máquina democrática (MAINWARING, 1999), a principal hipótese que é trabalhada nesta investigação afirma que, ainda que a descrença nos partidos políticos seja alta e o eleitor cada vez mais deixe de seguir este referencial ideológico em seu voto, a democracia representativa brasileira continua subsistindo, pois outros valores e instituições democráticas, tradicionais ou não, ainda podem ser verificados em seu arranjo político, segundo apontado por PEREZ-LIÑAN, PRZEWOSKI E STROKES (2005).

Palavras-Chave: Adesão à democracia; Satisfação com a Democracia; Confiança nos partidos políticos; Sistema Partidário; Instituições democráticas; Governo representativo.

Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideo, 26 ao 28 de julho de 2017.

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH/UFMG.

² Graduando de Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH/UFMG.

Abstract

This present analysis investigates the influence that trust in political parties expresses on the support and satisfaction with this democracy in Brazil, Argentina and Peru in two ways: both in practical terms, from the electoral point of view and as the voter organizes with these cognitive shortcuts nowadays as well as under the Theoretical perspective and how the literature of political science deals with the most recent transformations in the representative democratic arrangement.

Given the importance of political parties in a democratic system, known as the vital gears of the democratic machine (MAINWARING, 1999), the main hypothesis that is worked out in this research states that, even though disbelief in political parties is high and voters increasingly, the representative democracy continues to subsist because other values and democratic institutions, traditional or not, can still be verified in their political arrangement, as pointed out by PEREZ-LIÑAN, PRZEWOSKI and STROKES (2005).

Key-words: Support for democracy; Satisfaction with democracy; Political Parties trust; Party System; Democratic institutions; Representative Government.

Resumén

El presente análisis investiga la influencia que la confianza en los partidos políticos hacen acerca del apoyo y satisfacción con la democracia en Brasil, Argentina y Perú de dos maneras: ya sea en términos más prácticos, desde el punto de vista electoral y como el votante está organizado con estos atajos cognitivos hoy y también como perspectiva teórica y cómo la literatura de la ciencia política trata con los últimos cambios en el arreglo democrático representativo.

Dada la importancia de los partidos políticos en un sistema democrático, como los engranajes vitales de una máquina democrática (MAINWARING, 1999), la principal hipótesis que se hace a mano en esta investigación afirma que mientras que la incredulidad en los partidos políticos es alta y el electorado cada vez más deje de seguir este marco ideológico en su voto, la democracia representativa sigue subsistiendo, porque otros valores e instituciones democráticas, tradicionales o no, pueden comprobarse todavía en su arreglo político, segundo designado por PÉREZ-LIÑAN, PRZEWOSKI y STROKES (2005).

Palabras-Clave: Apoyo a la democracia; Satisfacción con la democracia; Confianza a los Partidos Políticos; Sistema partidario; Instituciones democráticas; Gobierno Representativo.

Introdução

O seguinte estudo exploratório apresenta uma análise sobre como se apresentam os valores democráticos no Brasil, Argentina e Peru na contemporaneidade, mais especificamente no que tange à institucionalização dos sistemas partidários a fim de compreender a força e sentido com que tais valores foram adotados e a internalização desses princípios por parte dos cidadãos. Como aponta MOISÉS (2010) e grande parte da literatura concernente ao tema, foi observado que o princípio da representação política, traduzido institucionalmente na figura dos partidos políticos, possui baixa confiança na América Latina. Sendo assim, se torna mister a discussão sobre outras perspectivas acerca da democracia para além da canônica *the only game in town*³ e pensar como o eleitor enxerga e associa suas instituições.

Para tanto, será considerado *como e quanto* os índices de preferência partidária impactam na satisfação com a democracia nestes países analisados, haja visto que na atualidade, os países que apresentam seu regime democrático ameaçado são justamente aqueles que sofrem de baixa confiança no sistema partidário.

Além da análise das campanhas presidenciais e os principais fatores partidários nestes países será analisada também a influência que a variável econômica possui sobre os eleitores, e como isso poderia estar relacionado à própria satisfação com a democracia, afinal, como disse o consagrado estrategista da campanha de Bill Clinton, James Carville, “*It’s the economy, stupid*”⁴. Será que a economia influenciará de forma tão decisiva também nas terras tupiniquins?

Foram exploradas as alternativas à esta realidade, como ela se enquadra em uma nova perspectiva democrática que está sendo organizada na atualidade, bem como a literatura da área da ciência política está acompanhando essa tendência, revisando os conceitos mais tradicionais da área e reelaborando o papel nos partidos [ou não] nas democracias contemporâneas.

³ “O único jogo possível de ser jogado” Linz, Juan. “Transitions to democracy” apud O’DONNELL (1996).

⁴ Tradução literal “É a economia, estúpido!” O lema foi parte da campanha de Clinton contra Bush na campanha presidencial de 1992 em uma clara alusão à importância nevrálgica que esta dimensão social possui na preferência eleitoral do eleitor.

Metodologia

Pela complexidade e grande interveniência de variáveis externas às duas variáveis presentes neste estudo com outros aspectos político-sócio-ideológicos, serão buscados elementos intrínsecos e basilares a eles, visto que na realidade eles dificilmente serão exauridos. Se por um lado a adesão à democracia pode ser confundida pelo eleitor como apoio a conjuntura vigente e até mesmo apoio ao governo executivo, por outro a confiança nos partidos, por vezes é referida pelos cidadãos como preferência partidária ou apoio ao partido situacional do executivo, o que dificultaria aferir o apoio ao sistema partidário e não aos partidos que são associados pelo eleitor

Neste contexto, cabe então o devido exercício de pormenorizar estes e vários outros fatores que certamente virão a interferir na verificação de fato entre a confiança nos partidos e a adesão à democracia. Assim, metodologicamente serão colocados painéis destas variáveis dos últimos 22 anos, bem como será realizada também a análise das campanhas eleitorais e dos elementos partidários mais marcantes deste países, como uma forma de podermos observar a verdadeira expressão de tais características.

Para esta pesquisa foi utilizado o banco de dados “Latinobarómetro” gratuitamente disponibilizado pela chilena “Corporación Latinobarómetro”, que desde 1995 realiza survey na América Latina, com foco em análise político sociais. No Brasil, Argentina e Peru, a coleta de dados ocorreu anualmente entre 1995 e 2016⁵, com exceção de 1999, 2012 e 2014. Com um intervalo de confiança de 95% e conseqüente erro amostral de 2,8%, os dados são representativos para o caso dos países que serão tratados. Para manipulação destes dados foi utilizado a software estatístico STATA, em sua versão de 2013, bem como outros softwares estatísticos.

Democracia e suas transformações

Trataremos de realizar inicialmente um apanhado bem como uma rápida definição do conceito que será utilizado neste trabalho acerca de democracia, haja visto que são muitos os elementos que distinguem as diversas facetas que foram atribuídas ao termo ao longo de mais de 2,5 mil anos de sua história, remontando-se à *demokratia* grega. No entanto, a sistematização moderna do termo mais utilizada e reproduzida é aquela elaborada

⁵ As correlações e outros testes estatísticos no entanto se referem apenas até o ano de 2015. Apenas para as frequências simples foi possível a retirada gratuita de dados no site da corporação.

inicialmente por Schumpeter, Dahl e Huntington, e ainda que incorporadas a uma definição maior para adaptação à democracia contemporânea, foram de grande importância em seu momento.

A conceituação colocada inicialmente por SCHUMPETER (1961), em sua obra “*Capitalismo, Socialismo e Democracia*”, define procedimentos mínimos para caracterizar um regime enquanto democracia. Para o autor, na presença de eleições periódicas, razoavelmente livres e competitivas, tem-se uma democracia, o que indica que a esta conceituação do termo, os elementos devem ser observáveis e objetivos para que o instrumento de escolha de governantes seja comprovado.

Em contrapartida ao modelo parlamentarista, o autor defendia o presidencialismo norte-americano, como único governo verdadeiramente democrático considerado por ele na época. Apesar de sua conceituação acerca do regime ter sido incorporada a várias outras posteriormente, uma das grandes contribuições do autor é referente ao modelo elitista da democracia e ao tratar da competição entre elites pela liderança, que como se verá posteriormente voltou a ser abordada por Manin ao distinguir as formas de mandatos e escolha de representantes em uma democracia.

Ainda que de suma importância para cunhar várias perspectivas ideológicas, a definição schumpeteriana de democracia é sistematicamente colocada em xeque quanto à localização do contexto em que tal processo eleitoral ocorre. Assim, O’DONNEL (1999) se remete ao modelo apresentado por Schumpeter como “[...] um sistema em que os partidos perdem eleições. Há partidos, ou seja, divisões de interesses, valores e opiniões. Há competição organizada por regras. E há periodicamente vencedores e perdedores”

Para além da eminente definição do termo elaborada por SCHUMPETER (1961), DAHL (1971;2001) também apresentou sua interpretação de tal mecanismo, ainda que sob similar perspectiva de definições mínimas, distinguindo a “*Democracia*” de “*Poliarquia*”, o autor assume a democracia real enquanto uma espécie de poliarquia, haja visto que apresenta duas dimensões, a participação e a institucionalização, ainda por pontuar a questão prática da coisa, em que não há como todos governarem todos o tempo todo. Na maior parte do tempo, o sistema delegativo é um governo de *alguns*, ainda que escolhido por *muitos*.

Através de uma sociedade de mercado e conseqüente economia de mercado moderna, e um fraco pluralismo subcultural, segundo o autor, as condições se colocam favoráveis ao estabelecimento de uma democracia real, ou seja, uma poliarquia. Acrescenta ainda que as

condições necessárias também são: “1. *Controle dos militares e da Polícia por funcionários eleitos*; 2. *Cultura política e convicções democráticas*; 3. *Nenhum controle estrangeiro hostil à democracia*.” (P.163), pontuando que na contemporaneidade há de se verificarem mais características para que se observe a existência do regime.

Reconhecendo a existência de outras correntes de pensamento acerca da teoria democrática, HUNTINGTON (1994) pondera em sua obra que, para efeitos de classificação ele passa a tratar o regime sob a perspectiva dicotômica, adotando apenas elementos *sine qua non* este se verifica. Claramente, a definição de democracia para o autor não assume importância central em seu trabalho, ainda que seja imprescindível para a classificação que este realiza, o que justifica a sua escolha pelos elementos mínimos.

O apontamento realizado, de que “a estabilidade de um sistema difere da natureza do sistema” (P.21), clarifica o problema aqui colocado, visto que é justamente a estabilidade do regime que está sendo colocada em pauta quando na situação em que são verificados seus princípios basilares estes não apresentam resultados que corroboram sua solidez.

Para critérios científicos, foi classificado pelo autor como autoritários aqueles países que não cumprirem elementos básicos necessários à democracia, como eleições periódicas, utilizando os elementos mínimos da teoria democrática schumpeteriana. No entanto, um dos elementos utilizados pelo autor se refere à liberdade partidária, a livre associação em sindicatos e grupos organizados como forma de manifestação e representação da vontade destes cidadãos organizados.

Assim, à luz dos elementos democráticos por ele utilizados na elaboração desta teoria interpretativa, entre eles o sistema partidário, é interessante avaliar como o momento político atual de desconfiança nas instituições democráticas poderia ser lido como uma etapa já prevista (a onda reversa) frente ao avanço da democratização nos países da terceira onda.

Voltando às condições à democracia para estes pensadores minimalistas, segundo MANIN (1995), deve-se verificar para além de *quem* ou *como* decide, devendo partir então à questão de *sobre quais questões decide*, o que nos remete às críticas pontuadas por vários pensadores posteriores, que se intitulam minimalistas a despeito dos autores até então, ao qual denominaram de sub minimalistas, justamente pela crítica à instrumentalidade enquanto requisito uno à verificação de existência do regime democrático.

MAINWARING, BRINKS e PEREZ-LIÑAN (2001) passam a adotar quatro propriedades para uma definição mínima, por sua vez, de democracia, como uma forma de abranger o conceito desde uma mera regulamentação eleitoral:

- a existência de governos eleitos em eleições competitivas, livres e justas para o Executivo e o Legislativo;
- sufrágio e cidadania abrangente;
- proteção por parte do Estado às liberdades civis e aos direitos políticos;
- garantia de que aqueles governantes eleitos de fato governem, extinguindo as chances de um controle militar escuso ou que algum tipo de ator não eleito exerça influência ou poder de veto.

Á critério de exemplificação, na caracterização em questão, os autores classificam como democráticos os seguintes períodos brasileiros: 1946 – 1953; 1956 – 1963 e 1985 – 2010. O último período finaliza em 2010, pois ainda não analisaram os anos posteriores, no entanto, através do uso das categorias por eles cunhadas, poderiam existir elementos para afirmar que, desde 2016 o regime trata-se de uma semidemocracia, pois não há a verificação integral, ou minimamente existem discordâncias entre a comunidade acadêmica, quanto ao primeiro e o último requisito. Esta exploração, no entanto, será realizada em outro momento.

Essa aparente subjetividade na verificação foi apontada por ALVAREZ (1996), ao notar estes conceitos como subjetivos à interpretação do observador, PRZEWORSKI (2000) rebate a crítica com uma problematização entre o “observável” e o “subjetivo” dentro destas categorias. De acordo com este, a subjetividade existe também naqueles conceitos subminimalistas anteriormente colocados, visto que a qualquer categoria dita como observável está aberta a possibilidade de relativização de sua existência no momento de análise de um regime político. Até mesmo as primordiais eleições livres e competitivas.

De forma geral, a última geração de pensadores da democracia conseguiu atrelar às categorias mínimas do regime elementos inclusivas, distanciando-se de uma democracia instrumental. A constatação de que para que exista um governo democrático é necessária a presença de um Estado de Direito que garanta as liberdades individuais foi imprescindível à teoria democrática, fato este reconhecido posteriormente por um dos precursores da discussão acerca dos conceitos minimalistas (DAHL, 2001).

Destarte, para a definição de um regime democrático há de se verificar a existência dos quatro pontos colocados anteriormente. Se um dos pontos é apenas parcialmente

observado trata-se de um regime parcialmente democrático (semidemocrático) e se um destes não pode ser verificado se tratará de um regime autoritário.

Assim, em uma definição sucinta e mais consensual acerca do regime que é trabalhada na atualidade pode ser colocada sob a seguinte pontuação formulada por BOBBIO (2000) “*Em suma, o voto, ao qual se costuma associar o relevante ato de uma democracia atual, é o voto não para decidir, mas sim para eleger quem deverá decidir*”. Desse modo, segundo o mesmo autor (1998), visto que nas três grandes tradições do pensamento político, a saber, a teoria clássica, a medieval e a moderna, inaugurada por Maquiavel, a soberania popular e o governo de muitos, ou mais, é um objetivo claro quanto à estas formulações, passaremos então a verificar sob quais formas podem se dar esta estrutura representativa na sociedade atual.

Por se mostrar mais detalhada e preocupada com as liberdades civis, a caracterização de democracia a ser utilizada neste estudo será a elaborada por MAINWARING, BRINKS e PEREZ-LIÑAN (2001), além do fato de terem sido autores que percebem na América Latina um objeto de estudo *sui generis* e, à este fato elaboraram suas proposições com esta cautela:

“Todas as quatro dimensões de nossa definição são necessárias e devem ser incluídas mesmo que isto exija fazer julgamentos subjetivos sobre os regimes. Essa definição atende ao duplo requisito de ser mínima e completa, quando: a) todos os quatro critérios são componentes necessários da democracia, sem os quais um regime não pode ser considerado democrático; b) nenhum outro aspecto, além desses, é indispensável para caracterizar uma democracia. Acreditamos que nossa definição satisfaz às duas condições, enquanto algumas definições recentes falham na segunda delas porque negligenciam certas características essenciais da democracia.” (P. 651)

Desta forma, sempre atreladas às conceituações mais diversas do termo, existe de forma muito recorrente a necessidade de elaborar-se um sistema eleitoral que viabilize esta representação popular, a participação do povo no poder, e através do próximo capítulo, poderemos compreender melhor quais são as principais formas de representação e como os partidos políticos são vistos através desta dimensão representativa.

Representação, sistemas partidários e partidos políticos

Colocada a dimensão valorativa da democracia e do princípio de soberania popular, buscada pela implementação deste regime, passaremos então a analisar as formas de representação política com que tal vontade popular pode ser expressa a partir de várias modelagens institucionais.

Historicamente, a emergência dos partidos de massa ocorreu paralelamente ao movimento de sufrágio universal do voto, em que a propriedade e a cultura hegemônica passariam a deixar de serem representadas. Neste sentido, a ampliação do direito ao voto daria lugar a uma efetiva representação mais ampla, ainda que, de acordo com o autor, o modelo de governo representativo tenha sido instalado sem a presença de partidos organizados, durante a segunda metade do século XIX, vide as revoluções inglesa, americana e francesa.

A existência destes partidos de massa, segundo MANIN (1995), principalmente aqueles ligados à causa operária, transformaram a relação de representatividade até então e os programas políticos passaram a ser o principal instrumento da competição eleitoral. Assim, a partir desta proximidade entre o candidato eleito e os militantes que se mobilizaram para elegê-lo, conferiu-se um grande passo para que os eleitores pudessem exercer um controle maior sobre os governantes fora do período eleitoral.

A representatividade de um governo frequentemente é colocada em questão quando se abordam os tipos preferíveis de regime político, entre eles o democrático. Como uma democracia representativa, diferentemente do modelo inaugural grego, na modernidade os representantes são delegados pelo povo para que o governem. No entanto esta opção delegativa não resulta meramente da única alternativa viável à existência da democracia em enormes e inclusivas escalas.

Na democracia de partido, modelo ainda em voga na atualidade e em aparente declínio, emergiu justamente para e pelo eleitorado mais numeroso através da sistematização destes grupos ideológicos. Objetivando o fim do elitismo que permeava o governo parlamentarista, passou a haver a crença que aquelas classes operárias agora unidas passariam justamente a serem representadas no Parlamento por um dos seus.

A falência do modelo que elegia os notáveis e crescimento dos partidos políticos que unificavam aqueles que, ainda que não possuíssem relações íntimas, estavam dentro da mesma ordem hierárquica social. Entretanto, como aponta o MICHELS (apud MANIN 1995),

“Embora os líderes e deputados tivessem origem social operária, na realidade eles levavam uma vida mais pequeno-burguesa do que proletária. [...] o partido proporciona aos membros mais inteligentes da classe operária uma oportunidade de ascensão na escala social, e eleva os proletários mais capazes e mais bem-informados (op. Cit., pp. 263-4)”

P.14-15

Dessa forma, desde o início da constituição partidária as lideranças populares pouco preservam de sua origem proletária, visto que a ascensão nesta estrutura se dá por meio de notório ativismo, organização e mobilização sociocultural. Através desta análise, o autor pretende demonstrar como que, ainda que partidos de massa e viés trabalhista cheguem ao poder, ainda se tratará de alguma elite social. E nesta crítica poderia estar a semente de sua própria dissolução, caso os cidadãos percebam que existe esta subversão da classe social do governante.

No entanto, principal diferença que emergiu com esta nova estrutura eleitoral se refere à forma com que o eleitor orienta seu voto, não mais preterindo aquele notável com quem mantém uma relação pessoal, e sim atrelando-se à imagem simbólica que o partido representa. Importante observar também que toda a perspectiva em que é constituída a interpretação dos primórdios da estrutura do governo de partidos é marcada pelas interpretações das três escolas do voto: sociológica, psicossociologia e a da escolha racional, ainda que esta abordagem aproxime sua classificação do momento de pungência partidária à primeira escola.

Assim, em sua origem e primeiros passos, as organizações partidárias funcionando como verdadeiros atalhos cognitivos, no sentido mais preciso do termo, tecem laços com seus rebanhos eleitorais específicos, sendo transmitida geracionalmente no seio familiar, visto que os núcleos de vivência social, cultural e laboral eram marcados pela posição partidária do indivíduo e sua família.

Já que nas origens (contextos estadunidense e europeu) de estruturação da democracia de partidos a representação se torna um reflexo da localização social do indivíduo, as discussões políticas passaram a traduzir certa homogeneidade, já que funcionando como atalhos cognitivos à escolha eleitoral do cidadão, os programas de governo dificilmente eram debatidos, deixando a cargo dos líderes partidários, novos notáveis que emergiram nesta estrutura partidária.

No que tange à liberdade dos representantes, uma vez nos mandatos, na democracia de público, os eleitos passam a ter de seguir a disciplina partidária, substituindo a liberdade de deliberação que havia no modelo parlamentarista pelo plano de governo elaborado e proferidos pelas diretrizes partidárias, as quais, supostamente, seus eleitores votaram. A partir deste sistema eleitoral partidário, as regras do jogo foram colocadas na tentativa de criar um simulacro a partir da composição das câmaras legislativas dos grupos presentes na sociedade, através da presença de representantes partidários eleitos duas vezes: tanto nas eleições internas quanto no pleito onde há a concorrência com outros partidos.

Neste contexto, as coalizões entre partidos surgem como uma manobra inevitável, para que os partidos sempre tenham algum representante no governo, visto que, no caso hipotético de apenas um partido for eleito em maioria na Câmara Legislativa ou chegar isoladamente ao executivo, todos os outros estariam inviabilizados, pelo próximo mandato, de viabilizar matérias que considerem emergenciais à sua plataforma. Para esta necessidade se soma também o fato de que a coalizão possui a característica de amenização de conflitos sociais, uma vez que, teoricamente, cada partido representaria um grupo social em sua totalidade de luta por direitos e benefícios⁶.

Importante ressaltar que ainda que os candidatos estivessem de alguma forma presos às diretrizes dos partidos pelos quais estão concorrendo, ainda possuíam, a variar do partido e matéria, algum poder de deliberação, visto que a maneira e o tempo com que algumas matérias seriam inseridas na pauta poderia estar vinculada à leitura política que o deputado faça tanto da casa legislativa quanto da opinião pública.

Já no que tange aos mandatos e as decisões políticas que são tomadas após as deliberações, há um deslocamento em relação ao local de debate, que deixa de ser a casa legislativa para ocorrer internamente nos partidos, assim, as sessões legislativas assumem o papel de validar as decisões vitoriosas das votações, mas que já haviam sido formuladas em outro espaço.

Um importante viés sob o qual são colocadas as eleições é o de que o pleito não tem mais o poder de predir quais políticas específicas serão implementadas e sim qual será o

⁶Como bem lembrado por MELO e CÂMARA (2012), ao remeter a história dos partidos socialdemocratas que só conseguiram chegar ao poder após aceitar o princípio da coalizão, retoma a história do PT no Brasil que, para chegar à sua primeira presidência, em 2002, e nela se manter por mais três mandatos, teve de recorrer à coalizão com vários outros partidos, estratégia que talvez tenha desagradado sua base mais fiel (aquela que realmente lê o programa de governo), no entanto, estritamente necessária para que o partido implementasse não todos, mas minimamente alguns dos seus projetos político-sociais.

desenho entre as forças políticas dos vários partidos ou coalizões, cada um com sua plataforma, de acordo com o peso de cada um, proporcional à sua carga de votos. A partir do balanceamento entre as forças políticas, a maioria que será composta apoiará as iniciativas do governo, caso seja de mesma base ou passará a vetar as propostas caso seja de oposição.

Este arranjo final, no entanto demonstra a facilidade com que se pode haver a fluidez ou por outro lado, paralisia decisória, entre os poderes caso não haja uma coalizão que os una.

A concepção de uma terceira modalidade de governo representativo, a *democracia de público*, demonstra que até os anos 70, os principais estudos sobre a orientação do voto apontavam para características sociais, econômicas e culturais dos eleitores para justificar suas escolhas, entretanto uma clara ruptura passou a ocorrer na medida em que os resultados nas urnas passaram a não adotar os mesmos padrões previstos. Uma maior personificação e personalização das eleições havia emergido e juntamente com ela, passaram e ser demonstrados novos comportamentos dos eleitores, sugerindo uma nova forma de confiança entre representantes e representados.

Os eleitores passavam a votar em pessoas, e não mais nos partidos, e ao mesmo tempo, a votação para o líder do executivo assumia maior importância no cenário, ainda que as bases partidárias continuassem a ter importância no pleito, elas passaram a ser usadas instrumentalmente à disputa. Este movimento ocorreu por dois principais motivos:

[1] Os meios de comunicação haviam avançado a ponto de não ser mais necessário ao partido servir como intermediário à informação, possibilitando ao eleitor um canal direto de comunicação com o candidato. E a esta motivação cabe a ressalva de que o autor publica esta tese em um período anterior à universalização do acesso à internet, o que, adequado aos formatos de comunicação que os candidatos possuem na atualidade para entrar em contato com seus eleitores, só fortalece esse argumento.

Traduzido também ao mundo digital, nota-se o papel de comunicador que o candidato assume, estabelecendo plataformas on-line para contato direto com os cidadãos, o que nos remete ao primeiro modelo representativo em que predominava o contato direto e afetivo entre os cidadãos e os notáveis escolhidos, salvas as proporções.

[2] Os assuntos sob os quais se debate, juntamente com as tecnologias de informação, ficaram mais fluidos, imprevisíveis e dinâmicos. Assim, nestas circunstâncias aumenta a dificuldade de elaboração de programas de governo muito detalhados e viabiliza a imagem do candidato “coringa”, que não necessariamente apresentará um programa de governo

específico e sim mostrará suas credenciais ao eleitor para comprovação de que tem a capacidade de adequação a imprevistos (o que por si só já não é compatível à fidelização partidária).

Assim, a confiança assume novamente elemento central na disputa eleitoral, concedendo ao representante maior liberdade de deliberação em detrimento de uma certa imprevisibilidade em relação a seus posicionamentos para os governados. Neste sentido a estabilidade do jogo democrático se faz de suma importância, visto que como o eleitor *aposta* no candidato, com cada vez menos verificações *a priori*, o mecanismo de *accountability*⁷ instaurado pela possibilidade de reeleição é que concederá ao eleitor a avaliação do governo, sua possível recompensa ou punição.

Devido à diversidade de clivagens socioculturais, as demandas eleitorais também não seguem mais as tradicionais demarcações econômicas e sociais, como classe, atividade produtiva ou religião. E, por este motivo existe uma maior dificuldade na atualidade para a associação entre similares, motivo também pelo qual os eleitores se tornaram estritamente reativos aos estímulos da campanha eleitoral, enquanto outrora as demandas eram colhidas como frutos dos conflitos sociais, as campanhas de uma democracia de público são responsáveis por lançar múltiplos estímulos ao eleitorado de forma a se avaliar qual será a melhor estratégia de posicionamento, com base na resposta de qual destes estímulos melhor demonstra a clivagem mais apoiada pelos eleitores.

“[...] em todas as formas de governo representativo o voto constitui uma reação do eleitorado aos termos que lhe são oferecidos. Mas, quando esses termos espelham uma realidade social, independentemente da ação dos políticos, tem-se a impressão que o eleitorado é a fonte dos termos aos quais, na verdade, ele apenas responde com seu voto” P. 19.

No entanto, como podemos observar na atualidade, sobretudo na cultura política latinoamericana, o personalismo político não está relacionado unicamente às análises individuais do eleitor, e sim a todo o contexto e marketing que é realizado ao longo da corrida eleitoral.

Estes contextos eleitorais imprevisíveis aos quais me refiro podem ser facilmente ilustrados nos recentes pleitos ocorridos no Peru e Estados Unidos, onde candidatos

⁷ Prestação de contas

improváveis, Kuzinsky e Trump respectivamente, contornaram as projeções mais confiáveis e conquistaram a disputa.

Dito isto, no próximo capítulo passaremos a tratar do caso específico da configuração partidária de cada país analisado, mais especificamente relacionado ao último pleito presidencial, quais elementos foram cruciais para que assumam um caráter atípico quanto ao modelo tradicional, descrito por Manin, mas que ainda demonstra algumas similaridades, devido à proximidade de sua história político-cultural, com os demais países latino-americanos.

O fenômeno partidário na América do Sul ocorreu de forma ligeiramente distinta dos modelos tradicionais em que há a presença de partidos de massa devido aos fenômenos locais, como a presença do populismo, industrialização tardia e frágeis movimentos sindicais, além de uma democratização tardia e instável, à exceção apenas do Chile, Uruguai e Costa Rica, em que, segundo ANASTASIA, MELO E SANTOS (2004), os partidos desempenham papel semelhante ao de seus pares europeus e norte-americanos.

Brasil: volatilidade eleitoral ainda que com grande bipolaridade e hibridismo do sistema eleitoral

O populismo, em específico, que é um estilo de liderança calcado na relação direta, carismática e paternalista entre um líder e seus seguidores, tecendo relações clientelistas e grande fidelidade, sendo desnecessário neste contexto a mediações de relações institucionais é uma característica essencialmente brasileira. E, é neste contexto de relações políticas que o sistema partidário foi colocado, contrastando com o modus tradicional em que as relações político-sociais ocorriam.

A partir deste fenômeno estrutural, os autores afirmam que os partidos populistas brasileiros são partidos de massa, ainda que dotados de baixa institucionalização, tradicionalmente alinhando-se à esquerda do espectro ideológico, ainda que se não se prenda a esta ideologia, como exemplificado nos governos Fujimori, Menem e Collor.

Assim, ainda que fixadas as bases do sistema partidário na democracia brasileira, há de se reconhecer que a trajetória para esta institucionalização contrasta com os caminhos tradicionais seguidos pelos países europeus. Neste sentido, a recorrente verificação de tal

instrumento democrático se faz necessária, como abordado a seguir acerca da trajetória destes partidos políticos no Brasil.

Atualmente no Brasil existem 35 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral, e uma lista de mais 28 em formação. Este grande número de partidos políticos existentes no cenário político se dá por vários motivos institucionais, dentre eles a inexistência de cláusulas de barreira que impeçam que “partidos nanicos”⁸ sejam criados, coligações em eleições proporcionais de lista aberta, além de certa facilidade burocrática para se inaugurar um novo partido, em comparação com outras democracias. Este multipartidarismo é um dos fatores que favorecem a dispersão de poderes no sistema político brasileiro, resultando em inevitáveis governos de coalizão.

Ainda que se constate tal cenário multipartidarista e grande dispersão de poder, é indispensável observar que, conforme apontado por MELO e CÂMARA (2012), apenas dois partidos brasileiros possuem vocação presidencial, a saber PT e PSDB. Esta bipolarização se deve a dois principais motivos: As organizações em torno das eleições de 1989 e 1994 e pelo fato de que, após estes pleitos, estes foram os únicos partidos capazes de “(1) formular um projeto de política nacional, (2) apresentar candidatos competitivos às eleições presidenciais e (3) se unificar em torno destes dois elementos” (P. 83).

Estas duas características acerca da organização partidária no Brasil levam, inevitavelmente, a enormes coligações encabeçadas por estes partidos rivais. No entanto, ainda que viabilize a ascensão ao poder aos demais partidos, as coligações eleitorais, como já dito anteriormente, se tornam o principal ponto fraco do governo, tendo em vista que ocorre a alocação de cargos ministeriais, no caso do executivo, em função dos partidos que fazem parte da coligação. Esta divisão dos encargos enfraquece programaticamente todos os partidos envolvidos, visto que não conseguirão implementar na íntegra seus planos de governo.

E é neste contexto, se dão as condições ideais para a existência e crescimento de partidos do tipo *catch all*, caracterizados pela ausência de referenciais ideológicos, o que desestimula a filiação por parte dos eleitores nestes partidos, deixando-o sempre “disponível”. Em consequência a esta flexibilidade ideológica, ocorre o aumento dos custos das campanhas

⁸ Partidos com insignificante representação social, normalmente criados com a finalidade de barganha com os partidos maiores em troca da contribuição do fundo partidário e do tempo partidário garantido por lei no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral.

eleitorais e, de forma cíclica a incorporação e mais partidos nânicos na coligação, visto que estes, por sua vez que contribuem à campanha com seu fundo partidário e tempo no HGPE.

Além disso, entre as consequências da proliferação deste tipo de partidos, podem ser citadas a falta de disciplina partidária, uma vez que o partido encontra dificuldades de impor um posicionamento, o que eleva a competição intrapartidária entre os candidatos, gerando constantes trocas de legenda entre os mesmo.

Dado este cenário, não é de se estranhar que exista uma enorme dificuldade de compreensão por parte do eleitor, que passa a apresentar dificuldades em acompanhar um candidato ou partido específico, visto que a cada eleição são apresentadas circunstâncias inéditas, inviabilizando o *accountability* eleitoral, pela recompensa ou punição do candidato ou partido.

Neste sentido, existe a prerrogativa de ser necessário ao sistema eleitoral brasileiro uma reforma, tendo em vista que tal fragmentação excessiva poderia gerar a ingovernabilidade, seja pela dificuldade na criação de maiorias parlamentares ou pelos custos cada vez mais altos gerados pelas corridas eleitorais.

Além disso, a existência de dezenas de siglas nas casas legislativas, sobretudo compostas por partidos com baixa disciplina partidária gera uma situação de multiplicação dos atores com poder de veto, o que facilmente pode levar a paralisias decisórias e ao aumento das barganhas por parte de partidos nânicos, conforme afirma a teoria dos atores com poder de veto de TSEBELIS (2009).

No entanto, um elemento que deve ser verificado nos estudos que apontam os motivos do sentimento apartidário na política brasileira, é de que se estes levam em consideração um acontecimento único na história do país que foram as jornadas de junho de 2013, onde vários setores da sociedade civil foram às ruas em manifestação.

O episódio que se estendeu para além do mês citado acometeu de surpresa grande parte do setor político e intelectuais da área no país visto que as reivindicações colocadas nas situações foram dos mais variados temas e formas de ação. Repudiando bandeiras e partidos, essa movimentação teve o potencial de se colocar frente a crítica relativa ao nível cognitivo dos eleitores, uma vez que uma pauta frequentemente colocada é relativa ao voto nulo e ao não comparecimento nas urnas.

Segundo aponta ROMÃO (2013), o sentimento de repúdio aos partidos-cartéis denunciados por estes movimentos se deve ao fato de que estes partidos bem como a classe

política brasileira, que lhe era refém, tornaram-se insensíveis às reivindicações que eram colocadas pelos grupos, e este sentimento de não-representação “foi combustível de muito do que se viu nas ruas no mês de junho”.

Diante do exposto, uma pequena parcela da sistematização eleitoral brasileira, seus fluxos, vícios e descontentamentos, nota-se que os partidos políticos ainda são um elemento central do sistema eleitoral brasileiro, e ainda que cada vez recebam menos a confiança dos eleitores, as movimentações e decisões partidárias geram reflexos em numerosos e poderosos setores civis. Sendo assim, a partir de então, passaremos a analisar o quanto esta desconfiança nos partidos poderia ser refletida na adesão e satisfação próprio regime democrático.

Argentina: eleições de 2015 concretizando as eleições intermediárias

Assim como a maioria dos países latinos, o período de regime militar na Argentina, autodenominado Processo de Reorganização Nacional também foi um momento bastante tumultuado, compreendido entre os anos de 1976 e 1983. Juntamente com outros países do cone sul e liderados pelos Estados Unidos, o país fez parte da aliança político-militar “Operação Condor”, o que notavelmente emplacou crimes graves à humanidade, liderados, no país por uma junta militar coordenada por Jorge Videla.

Ao final do regime, a Argentina envolveu-se em um conflito contra o Reino Unido, pelo poder das Ilhas Malvinas. O conflito bélico durou alguns meses, mas para além das baixas geradas pelo conflito, que refletiu em uma opinião pública desfavorável ao governo, a guerra piorou ainda mais a situação econômica argentina, e significou um severo golpe para a moral do país, que já passava por situações políticas e econômicas instáveis com o declínio da ditadura militar. O conflito das Malvinas foi inclusive um dos principais motivos que retiraram o país do poderio militar.

Restabelecida a democracia, no ano de 1983 foi realizada a eleição presidencial, que teve como ganhador Raúl Alfonsín, do Partido União Cívica Radical, eleito com 52% dos votos contra 40% do candidato do Partido Justicialista. Ainda que derrotado na primeira eleição de redemocratização, tal partido representa grande importância no cenário político argentino, uma vez que é a base de uma cultura política muito tradicional no país denominada peronismo.

O peronismo é uma corrente político ideológica, erguida pelo Coronel Juan Domingo Perón, ministro do trabalho na década de 40. Utilizando uma pauta de ação política extremamente voltada às classe baixa, Perón incentivou a ampliação dos direitos trabalhistas e a organização dos movimentos sindicais argentinos. Por muitos chamada de populista, essa corrente ganhou força na Argentina, sobretudo depois que Perón retornou do exílio em 1973 e, embora tenha falecido dentro de alguns meses, sua esposa Isabelita Perón o substituiu, tornando-se, ainda nos anos 70 a primeira mulher a assumir a presidência, até ser destituída, em 1976, pelo golpe de estado militar.

Após o governo de Raul Alfonsín, do partido União Cívica, em 1989, Carlos Menem, do peronista Partido Justicialista, assumiu o posto presidencial, embora tenha sido visto por muitos peronistas como traidor à causa partidária, já que dentre algumas ações presidências observa-se a adoção políticas públicas de privatização de empresas, abertura ao mercado externo e até mesmo a concessão de perdão ao ex-ditador Videla. Após dois mandatos de Menem, Fernando de la Rúa do partido União Cívica Radical assume a presidência em 1999, porém abatido por vários protestos e crise econômica, deixa seu cargo em 2001, assumindo Eduardo Duhalde como presidente interino.

Nas eleições de 2003, o peronismo ganha força com a eleição de Néstor Kirchner que, juntamente com outros líderes de estado na América Latina, como Lula, Evo Morales, Michelle Bachelet e Hugo Chavez passa a gozar de grandes crescimentos e desenvolvimentos econômicos e sociais, grande parte, sustentado por políticas sociais e trabalhista e colaborações dos países cone-sul.

Na sucessão de Néstor, sua esposa, Cristina Kirchner assume, em 2007 a presidência, tornando-se a primeira mulher eleita por voto direto. Cristina passa então a aprimorar a política de desenvolvimento econômico e social na Argentina, colocando, inclusive o país em primeiro lugar em relação ao poder de compra dentre os países da América Latina em 2013.

Ao final do primeiro mandato de Cristina, em 2011, a aprovação de seu governo era de 60%. Já em novembro de 2015, poucos meses antes do fim de seu segundo mandato, Kirchner ainda detinha aprovação de 50%, uma das mais altas da América do Sul no momento. Em uma situação de óbvia comprovação dos prognósticos de Malamud e Steinberg [apud DUBÉ

(2013)], o eleitor latino-americano compensa eleitoralmente a presidente pela prosperidade econômica, sobretudo controle da inflação.

O sistema eleitoral do país funciona por eleições proporcionais, com primárias abertas simultâneas e obrigatórias (PASO). Essa eleição primária serve para reduzir o número de candidatos, reflexo de um sistema partidário crescentemente fragmentado. No contexto que será analisado, das eleições de 2015, dos seis candidatos que superaram as primárias, três concentraram 92% dos votos válidos.

No dia 9 de agosto foram realizadas as primárias no país, que se configuraram da seguinte forma:

Coligação	Votos	%	Candidatos Presidente — Vice	Votos	%
Frente para la Victoria	8.720.573	38,67%	Daniel Scioli — Carlos Zannini	8.720.573	100%
Cambiamos	6.791.278	30,12%	Mauricio Macri — Gabriela Michetti	5.523.413	81,33%
			Ernesto Sanz — Lucas Llach	753.825	11,10%
			Elisa Carrió — Héctor Flores	514.040	7,57%
Una Nueva Alternativa	4.639.405	20,57%	Sergio Massa — Gustavo Sáenz	3.230.887	69,64%
			José Manuel de la Sota — Claudia Rucci	1.408.518	30,36%
Frente Amplio Progresista	781.472	3,47%	Margarita Stolbizer — Miguel Ángel Olaviaga	781.472	3,47%
Frente de Izquierda	732.851	3,25%	Nicolás del Caño — Myriam Bregman	375.874	51,29%
			Jorge Altamira — Juan Carlos Giordano	356.977	48,71%
Compromiso Federal	472.341	2,09%	Adolfo Rodríguez Saá — Liliana de Alonso	472.341	2,09%
Outras 5 coligações juntas				413.156	1,38%
Total de votos válidos				22.551.076	93,88%
→ Votos em branco				1.216.634	5,06%
→ Votos nulos				254.106	1,06%
Total				24.021.816	74,91%
Abstenções				8.045.825	25,04%
Total de inscritos				32.130.853	100%

Fonte: Direção Nacional Eleitoral

Analisando a tabela de distribuição dos votos, podemos observar nitidamente as influências que exercem os candidatos mais votados, sobretudo Daniel Scioli que, por grande organização por convergência partidária obteve 100% nas primárias. Fato que não significa, porém, um consenso intrapartidário em relação ao nome de Scioli: Este ocupou o cargo de vice-presidência na gestão de Nestor Kirchner, entretanto após conflitos com a presidente Cristina, Scioli aceitou

o *convite* do casal para concorrer ao governo da Província de Buenos Aires, vencendo em 2007 e tornando-se, assim, natural candidato à presidência.

No primeiro turno, ocorrido em 25 de outubro traduziu-se, a partir dos votos, em uma disputa bastante acirrada, com vitória de Scioli, com 37,08%, seguido por Macri com 34,15% e em terceiro lugar significativo, Sergio Massa, com 21,39%.

Selecionados os dois mais votados ao segundo turno, ocorrido em 22 de novembro, o cenário se inverteu, mas continuou com uma margem mínima entre a porcentagem final dos votos: 51,34% para Macri e 48,66% para Scioli.

Ao final do segundo mandato de Cristina Kirchner, não havia sido indicado, no âmbito dos peronistas um nome forte à sucessão e, depois de alguns vacilos e perceptível dificuldade por parte do partido, foi finalmente colocado o de Scioli. Uma situação que criou grande obstáculo à campanha, visto que, após publicados os desentendimentos ocorridos entre a presidente Kirchner e Scioli, ela não saiu, em um primeiro momento em apoio ao candidato. Tal posição por parte da presidente foi inclusive respaldado e apoiado por parte da militância governista de esquerda, que o acusavam de ser “muito liberal e tender à um posicionamento político à direita”.

Com o advento da candidatura de Macri, sobretudo no segundo turno, em que a disputa se acirrou, Kirchner decidiu apoiar Scioli para evitar o fracasso eleitoral do Partidos Justicista. Apoio que porém, já não surtiu muito efeito, pois não havia mais tempo suficiente para que a transferência de popularidade e até mesmo prestígio, de acordo com TELLES (2015), tal qual ocorrera na sucessão Lula para Dilma em 2010, por exemplo, ocorresse nesta campanha. Para tal transferência seria necessário um tempo maior e melhor trabalhado, ainda que já fosse um nome conhecido e ocupasse um cargo eleito, invariavelmente deveria ser feito um maior trabalho para reaproximar as figuras da presidente e o candidato de sua coligação.

O voto retrospectivo econômico fez-se fortemente comprovado no caso argentino em 2007, ainda que poderemos aqui a ressalva feita por DUBÉ (2013) acerca dos efeitos limitados do voto econômico na América Latina, utilizando-se inclusive a Argentina como modelo, ainda que, grande parte dessa lacuna possa ser preenchida, como também demonstrou o autor, em uma importante valorização da figura da presidente Cristina.

Mas ainda sim seria de se esperar que o mesmo voto retrospectivo econômico ocorresse ao país em 2015, visto que a economia se manteve estável e com grande controle da inflação. Fator este apontado por CAMARGOS (2013) o ponto nevrálgico aos países latino-americanos com recentes históricos de crises econômicas, como no caso argentino, quando se pretende efetuar um voto de recompensa.

Uma vez nesta situação o voto retrospectivo econômico na Argentina de fato não ocorreu, visto que o sucessor de Kirchner não foi um candidato de continuação, acerta-se que a campanha eleitoral e suas pequenas nuances foram decisivas ao apertado resultado do pleito.

Nos enfoques que campanha de Macri, podemos observar em primeiro plano a figura de um candidato forte, maduro e de boa aparência, de lema "terminar con la pobreza, combatir al narcotráfico y unir a los argentinos". Em vários de seus spots de campanha, o candidato apresenta propostas que tendem a ser enquadradas em um tom equilibrado, de acordo com alguns, nem radical, nem peronista, navegando também em uma onda de renovação política, assim como vimos nas eleições recentes de outros países.

A repaginação da figura política, ao qual passou Macri foi muito exitosa: em seus vídeos conversa com pessoas de periferias e conta histórias de uma vida mediana que nunca teve, pois o maior ponto fraco do candidato é que ele, de fato vem de altos setores da sociedade. Os spots mais comuns do candidato o mostra em figura paternal, experiente e determinado, sobretudo quando a câmera passa a focalizar seus enormes olhos azuis. Ainda que surfar neste espectro de uma "política 2.0" tenha seus custos: em sua campanha, o candidato tentava se posicionar de forma mais ampla possível, evitando, inclusive os enquadramentos de centro-direita referentes a seu partido nos veículos de comunicação mais rápidos.

Em contrapartida, na análise de suas propostas, pode-se observar claramente a vantagem que acumula Macri por ser oposição ao governo Kirchner, já que, desgastada ao longo de 12 anos de poder, a imagem da presidente é facilmente enfraquecida. E é neste tom de vigorosidade que o candidato apresenta propostas relativas ao combate da corrupção, já que no país os escândalos de corrupção são muito frequentes, assim como no Brasil, a espetacularização da corrupção ocorre por grande responsabilidade, pela mídia. De acordo com BAPTISTA E FRAIHA (2014) é, justamente a ação da mídia e a frequência com que o indivíduo se expõe à ela, obviamente atrelado à alguma sofisticação intelectual e renda, que

criam ambientes tão fecundos, como nestes casos observados à espetacularização e até mesmo banalização da corrupção no meio político.

e até mesmo a invocação da Cláusula Democrática, prometendo interpelar pela saída da Venezuela do Mercosul, pautas fortemente atrativas aos eleitores neoliberais, sobretudo àqueles que bradam ao fim da “ditadura peronista-esquerdista”.

Já na campanha de Scioli, é perceptível como o trabalhismo está mais presente, seja em seus spots, caminhando nas fábricas, conversando com trabalhadores, seja em suas propostas de incentivo de crédito governamental para construção da casa própria.

A campanha se centrou entre dois candidatos provenientes de Buenos Aires, naturalmente, maior recinto eleitoral do país. Mas, para além da origem dos candidatos, um ponto discutido fortemente por internautas é a semelhança entre os dois candidatos. Ambos provenientes de famílias ricas argentinas, com apenas dois anos de diferença e esportistas, Scioli foi corredor de lancha e Macri, presidente do time de futebol Boca Juniors.

A diferença, afinal, foi que Macri aproveitou-se, além do demorado apoio de Cristina Kirchner a Scioli, de um desgaste natural de um peronismo há 12 anos no poder, sobretudo em um momento em que os espectros políticos conservadores estão, de fato se fortalecendo e insurgindo nos cenários políticos, bem como através do apoio popular.

A vitória de Maurício Macri representou o fim de 12 anos de governos kirchneristas no país, e a sucessão presidencial foi marcada por polêmicas. Macri e Cristina não se entenderam sobre a cerimônia de sucessão, pois enquanto ele queria que a transmissão da faixa presidencial fosse na Casa Rosada, ela queria fazê-lo no Congresso, respeitando a tradição iniciada na posse de Eduardo Duhalde. Temendo protestos de organizações kirchneristas dentro do Parlamento, onde o kirchnerismo ainda detinha a maioria dos assentos, Macri então decide entrar com uma liminar para que Cristina e seu vice deixassem seus mandatos às 23 horas e 59 minutos do dia 9 de dezembro, fazendo, dessa forma, com que ela não comparecesse à sua posse. A liminar foi aceita pela justiça argentina e Cristina decide não entrar com recurso. De 00 horas até às 12 horas do dia 10 de dezembro de 2015, a Argentina foi tecnicamente, governada pelo presidente do Senado, Federico Pinedo, que na posição interina, foi encarregado de passar a faixa presidencial à Macri

A próxima eleição a ser analisada, do Peru, consta como um grande exemplo de como a nova onda da direita que surge na América Latina está dominando os pleitos e acuando os movimentos mais tradicionais da esquerda latina, chegando a apoiar um empresário neoliberal em um voto crítico contra a filha de um ex-ditador condenado.

Peru: Liberalismo contra o Fujimorismo em 2016

De forma similar à história política brasileira, o Peru sofreu também em um passado recente, obscuros anos comandado pelo Governo Militar, que instaurou-se durante os anos compreendidos entre 1968 a 1980, com subsequente transição à democracia. Já em 1979 foi instaurada uma Assembleia Constitucional, que possibilitou a eleição no ano seguinte de Fernando Belaúnde Terry, e posteriormente seu sucessor Allan García.

Ao longo dos anos 80 e meados dos 90, o país foi abalado por vários grupos armados, de cunho revolucionário, como o Sendero Luminoso e o *Movimento Revolucionário Tupac Amará*. Tais organizações de guerrilha surgiram em oposição combativa ao regime militar e, desde sua queda, tentavam promover, dentre outras coisas, a reforma camponesa no país. Os dois primeiros presidentes não conseguiram controlar as revoltas e crescimento da ação destes grupos e então, em 1990, sob o regime do medo imposto no país, Alberto Fujimori se elege, com uma campanha voltada à luta contra os grupos organizados.

A administração de Fujimori focou-se em combater os vários grupos insurgentes, principalmente o *Sendero Luminoso*, o que levou a uma campanha terrorista na zona rural ao longo dos anos oitenta. Ele investiu contra os grupos e conseguiu, por fim, suprimi-los em grande parte antes do fim dos anos noventa, mas sua luta foi ofuscada por atrocidades cometidas pela força de segurança peruana.

Já nos anos 2000, com Fujimori ainda no poder em seu segundo mandato, as guerrilhas já haviam sido praticamente extintas, através de cruéis investidas do governo. O presidente em exercício decide então tentar um terceiro mandato, tentativa questionável do ponto de vista constitucional, e ao vencer as votações, rapidamente o país começa a passar por um tumulto

político e econômico, em grande parte devido à informações de ações ilegais por parte de Fujimori.

Durante a divulgação das atividades ilegais, que haviam sido cometidas por Fujimori, tais como envolvimento no tráfico de drogas e violações de direitos humanos cometidas durante a guerra contra o *Sendero Luminoso*, o presidente fugiu ao Japão, país de onde possui descendência, e lá renunciou à presidência e pediu asilo político. Após o ocorrido, Alberto Fujimori foi condenado, em 2007 a vinte e cinco de prisão e a pagar uma reparação civil ao Estado Peruano.

Após a criação de um governo provisório, Alejandro Toledo vence Alan García em 2001 e na eleição seguinte, o derrotado consegue sua vitória nas urnas. Recentemente, em junho de 2011, Ollanta Humalla assumiu a presidência do governo peruano, derrotando Keiko Fujimori, filha de Alberto Fujimori, por 51,45% a 48,55% no segundo turno.

Em relação ao sistema político peruano, atualmente trata-se de uma república presidencialista, com a tripartição do poder funcionando da seguinte forma: Os cargos do executivo no Peru são exercidos em mandatos de cinco anos, sem reeleição e, juntamente à votação do presidente, sua chapa é composta de dois vice-presidentes. O órgão máximo do judiciário é a Suprema Corte, sediada em Lima e composta por 16 membros. E, por fim, o Legislativo, composto por 130 membros, apresenta-se no modelo unicameral, apenas o Congresso, depois que Fujimori dissolveu a segunda casa em 1992 em uma tentativa de dissolver seus adversários.

A disputa eleitoral, iniciada no começo do ano, com primeiro turno em 10 de abril e segundo turno em 05 de junho, contou com vários candidatos, dentre eles, os mais importantes Keiko Fujimori, do partido centro-direitista Fuerza Popular, Pedro Pablo Kuczynski, do também partido de centro-direito Peruanos por el Cambio, Julio Guzman, do partido Todos por el Perú, e Alan Garcia, do Partido Aprista. Ainda dois importantes

concorrentes foram retirados da disputa logo no primeiro turno, Júlio Guzmán, por irregularidades burocráticas na formação de sua chapa, e o ex-prefeito de Trujillo Cesar Acuña, por compra de votos.

A campanha foi marcada, sobretudo pelos apelos e promessas relativas à segurança pública do país e a retomada do crescimento. O escândalo brasileiro de corrupção propiciado pelas investigações da Operação Lava Jato impactaram também as eleições peruanas: o presidente em exercício Ollanta Humala chegou a ser interrogado sobre o caso pelo Ministério Público peruano, investigado por lavagem de dinheiro e recebimento de propina da construtora Odebrecht. Para além do presidente, o candidato Daniel Urresti, do Partido Nacionalista, ainda que não contasse com preferência expressiva, retirou-se também do pleito por causa das acusações de recebimento de propina da mesma construtora.

Desta forma, com a saída de alguns concorrentes, a disputa centrou-se em Keiko, PPK (Pedro Pablo Kuczynski) e Alan Garcia, que manteve-se apertada, resultando, no primeiro turno em uma vitória de Keiko, com 39,86% dos votos, seguido por PPK, com 21,05% e, em terceiro lugar, Neronika Mendoza, considerada por muitos uma revelação na disputa, com 18,74%, mostrando que também há, dentre os eleitores significativa parcela que opta por uma terceira via aos partidos tradicionais na disputa presidencial. No segundo turno, Keiko alcançou 49,87% não suficiente aos 50,12% de PPK, ainda que seja impressionante o quão pequena foi a diferença, de apenas 0,13, que consagrou a vitória de Kuczynski.

A candidata de Keiko Fujimori, de antemão já tentou se distanciar ao máximo da figura de seu pai, condenado a 25 de prisão por crimes contra a humanidade e lavagem de dinheiro, ainda que a conduta assumida pela candidata tenha sido até mesmo origem para um spot de sua campanha muito popularizado, o sobrenome foi o maior obstáculo de Keiko no pleito. No site de sua campanha *keikofujimori.pe* as diretrizes principais de sua campanha são

apresentadas na seguinte ordem: Direito Humanos, Oportunidades, Segurança cidadã, Economia e emprego, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Guiada pelo lema de união nacional para o desenvolvimento, em um spot de sua campanha Keiko diz “Izquierdas, más derechas, más centros, todos juntos”, bem como também diz que almeja trabalhadores e empreendedores na mesma direção. Muito ativa nas redes sociais, Keiko apresenta spots gravados em várias regiões do país, sobretudo em uma série de vídeos intitulados “Ruta Perú”, em que percorre locais mais afastados da capital Lima, sobretudo de origens campesinas.

Esta presença forte nas redes sociais abarcou sobretudo, um público mais jovem, público alvo de sua campanha. Este ponto é demonstrado também através de sua campanha, focando a juventude da candidata, que dança, corre, anda de bicicleta e percorre o país, aproximando-se factualmente dos mais necessitados. Tal qual demonstrado por CORDERO, MURIEL e HERNANDEZ (2015), este tipo de participação difusa entre os jovens possui como maior alavanca o acesso à internet e meios não convencionais de participação fazendo com que, sobretudo estes se tornem propagadores das campanhas, através de argumentos e movimentos que presenciam on-line.

A vitalidade de Keiko na campanha, pode ser observada também sob o viés do gênero, bem como nos apresenta PANKE (2015), uma vez que a campanha é centrada na figura da mulher trabalhadora, ainda que invisibilizados outros perfis da candidata, como sua figura doméstica e matriarcal. Desta forma, para distanciar-se de seus principais oponentes, Keiko busca uma retomada às raízes peruanas, como podemos observar na maioria dos seus vídeos de campanha, vestida de trajes típicos e, por muitas vezes segurando crianças com um aguayo, traje típico utilizado por nativas para sustentar seus filhos enquanto trabalham – característica muito representativa.

Relativo ao reforço de sua personalidade, vemos também que a campanha utilizou-se bem do apelido dado à candidata: *china*, adjetivo muito comum no Peru, dado àqueles que apresentam características ou de fato a descendência oriental. E, no caso da Keiko, um spot em específico é retratada esta característica, quando durante uma conversa entre três homens em um carro, um a enaltece por “reconhecer os erros do passado e garantir que não ocorrerão novamente”, enquanto o outro completa: “*Esta china viene bien fuerte, y esta vez, no los la hacen. La china és fija*” Importante ressaltar que, embora tal adjetivo seja um gentílico, possui grande conotação de pertencimento ao povo peruano, que possui grande presença e influência chinesa.

Já em relação à Kuczinsky, o candidato foca em se apresentar como experiente, sobretudo embasado em sua idade e sua campanha está embasada, sobretudo no resgate econômico e segurança pública, ainda que seja muito notório sua aparente debilidade causada pela idade, inclusive em sua dificuldade de fala. O tema da segurança pública pode ser bem observada em vários spots, em que são apresentadas propostas de penas cumulativas e a promessa de que, segundo ele, os delinquentes ficarão no cárcere, onde pertencem. Fato que ganhou grande respaldo entre os que vivem na região metropolitana de Lima, já que a capital vive uma crise na segurança pública e, a tempo, concentra um terço do eleitorado do país.

Um fato interessante de sua campanha é que a sigla do partido ao qual concorre e é presidente, Peruanos Por el Câmbio, foi alterada, passando a escrever a última palavra com K de forma que, sua legenda também posse a sigla de seu nome, ambos PPK.

Ainda sobre PPK, um ponto fraco de sua candidatura que não conseguiu ser revertido é relativo à sua nacionalidade. Kuczinsky, filho de médico alemão nasceu, de acordo com alguns, com acaso no Peru, visto que seu pai estava viajando a trabalho. Em um período de sua vida, PPK se exila nos EUA, trabalhando como Chefe de Planejamento e Política do Banco Mundial, fato este que atribuiu ao candidato sotaque americano ao seu espanhol e uma

fama geral de “gringo”, fato este que pode ser facilmente comprovado quando observamos os spots de campanha de PPK, que no meio do povo peruano se destoa absurdamente, não compartilhando nenhuma característica física ao fenótipo andino, ao contrário de Keiko.

Keiko soube aproveitar muito bem da estranheza que a figura de Zuczinsky causava como gringo aos peruanos e, talvez por este fator intensificou o segundo turno os aspectos nativistas de sua campanha, tendo grande apreço a seu apelido de china, que diferentemente da característica estrangeira de PPK, reforça ainda mais sua identidade peruana.

Uma característica que marcou fortemente a campanha de PPK foi o medo do Fujimorismo, que o candidato utilizou-se bem. Vários artistas e intelectuais passaram a apoiá-lo, até mesmo o nobel Mario Vargas Llosa, sobretudo no segundo turno, como forma de evitar que Fujimori chegue à presidência e, os votos de PPK, figura até então desconhecida no cenário político peruano, foram, em sua maioria angariados pelo antifujimorismo, a ponto de até mesmo a candidata de esquerda Veronika Mendoza declarar seu apoio a Kuczinsky no segundo turno. Em uma declaração, Mendoza disse que tendo em vista que os votos nulos ou brancos só irão favorecer Keiko, só lhe resta apoiar PPK.

A partir do apoio que a esquerda manifestou ao candidato liberal, podemos observar como o voto “anti” pode ser um grande motivador nas campanhas eleitorais, visto que, nos dois exemplos de campanhas citadas neste trabalho houve uma campanha, obviamente por motivos diferentes e típicos à cada país, pela escolha do “anti”. Seja anti-peronista ou anti-fujimorista, este se torna um fácil atalho no meio eleitoral, a ponto de podermos comparar ao caso brasileiro de voto anti-petista, repito que em condições e por motivos diferentes.

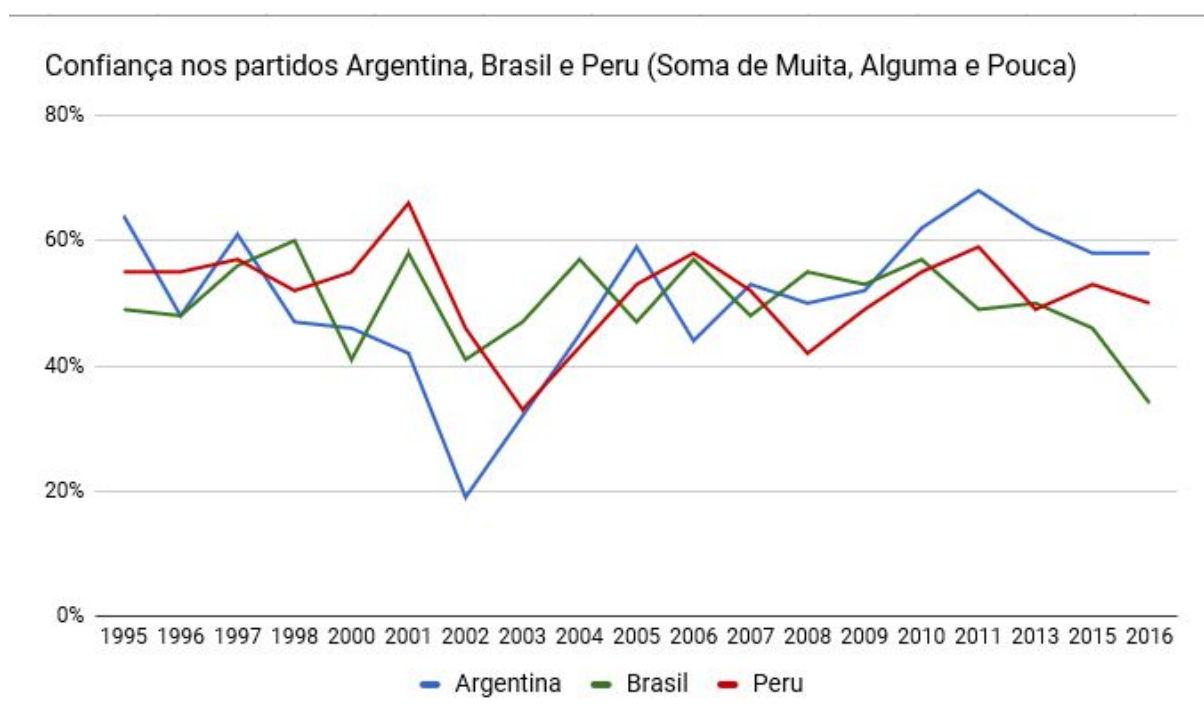
No entanto, como demonstrou TELLES, pelo menos no caso brasileiro, conseguiu ser comprovado estatisticamente um perfil socioeconômico para o voto antipetista e com ele vários sentimentos e posições políticas que o eleitor traz. No caso deste outros países analisados também pude perceber, através da pesquisa que foi realizada para estas análises,

alguns perfis típicos dos eleitores que aderiram ao movimento anti: na Argentina, os antiperonistas se assemelham aos antipetistas brasileiros, acusando o regime de populista e trabalhista – estes possivelmente seriam de uma classe média revoltada juntamente à classe alta do país. Já o antifujimorismo possui um recorte mais social, centrando-se entre as camadas médias da sociedade, com algum conhecimento de história e algum capital social de valorização de direitos humanos e valores pós-materialistas.

A verificação, no entanto destes postulados reserva-se à uma análise futura, no entanto aqui espero ter conseguido trazer uma boa análise das duas eleições analisadas, demonstrando não somente algumas condutas e estratégias de campanha, mas como elas se inserem no contexto histórico político peculiar de cada país.

Relações entre democracia e partidos: o populismo latinoamericano ainda não superado

Para critérios de conclusão desta atividade analítica, foram colocados abaixo gráfico que representa a principal variável tratada:



Analisando a série temporal, podemos observar que existe um leve aumento entre os anos 2008 e 2013, seguido de grande declínio na confiança nos partidos que estende-se até então. No entanto, durante este período de maior confiança nos partidos é importante ressaltar que nos três casos ocorreu concomitantemente um período de “otimismo” por parte dos cidadãos em relação ao governo da época, possivelmente em reflexo à melhora e robustez econômica demonstradas pelos países frente a crise de 2009.

Para início da observação de como estas variáveis possuem vários fatores intervenientes, gostaria inicialmente de chamar atenção ao período argentino compreendido nos anos 1999 a 2002. Nestes anos, podemos observar como que o índice de confiança nos partidos caiu de forma violenta e muito volátil. Coincidentemente [ou não] nestes anos o país trocou de presidente e partido no cargo várias vezes, após controverso governo de Menem, Fernando de La Rúa assume em 1999 e após ser abatido por vários protestos e crise econômica, deixa o cargo em 2001 para seu vice.

Como pode ser observado, o Brasil apresenta os percentuais de confiança mais baixos comparativamente aos dois países, no entanto ainda que se demarque que a Argentina é apontada como uma democracia mais consolidada, este fato pode vir a indicar, assim como pontuado anteriormente em referência a MAINWARING (2016), que até mesmo os regimes mais consolidados enfrentam uma crise de confiança nos partidos políticos atualmente.

Como descrito, e de acordo com o abordado anteriormente, o apoio à democracia apresenta algumas variações ao longo da série, como por exemplo, a leve alta nos anos de 2009 e 2010, demonstrando uma ligação também com a satisfação geral apresentada pelo cidadão com a avaliação da economia, pois através do *pocketbook voting*⁹ o eleitor avalia positivamente o candidato por uma perspectiva sociotrópica e, ainda que a avaliação ao regime seja diferente, a sensação de otimismo transpassa também esta variável.

Já em relação à confiança nos partidos, a taxa que historicamente se apresenta baixa, não ultrapassando os 25% apresentados em 2010, demonstra ainda maior queda nas últimas rodadas do survey realizadas. Dessa forma, ainda que não haja perceptivelmente ilustrado no gráfico, estas tendências podem se atravessar, o que poderia ser demonstrado pelos picos que tem na confiança nos partidos nos anos de 2004, 2006 e 2010, podendo representar os tempos

⁹ Voto de bolso. Quando o eleitor avalia por uma perspectiva estritamente econômica, através do que lhe é perceptível, como inflação e poder de compra para compensar ou punir um candidato.

áureos do governo Lula, no entanto, será verificado mais a frente qual a força e proximidade que estas variáveis possam se intervir.

Entre os apontamentos iniciais, pode ser observada a queda do índice de confiança nos partidos e satisfação com a democracia no Brasil em 2005, fato que poderia ser associado a algum evento que tenha fragilizado a figura do executivo, como o caso, por exemplo, do Mensalão. No entanto nota-se um perceptível crescimento com a satisfação com a democracia entre os anos de 2007 a 2010, período de notável crescimento econômico brasileiro. Já a partir de 2013 poderíamos notar determinada influência desde então dos movimentos já narrados relativas às manifestações de rua e notável campanha pelo apartidarismo, bem como sentimento de pessimismo do cidadão, que foi traduzido na queda dos três índices demonstrados.

Com alguma preocupação deve ser observado que, à luz destes dados, temos a comprovação de que o regime democrático não é avaliado em relação à suas instituições e sim a partir de elementos conjunturais, economia e liderança executiva, demonstrando que tais instituições, sobretudo a confiança nos partidos, ainda têm um longo caminho a ser percorrido na política brasileira até sua solidificação e credibilidade entre os cidadãos.

Vários autores que foram levantados neste estudo demonstraram momentos de transposições entre modelos antigos e novas formas de governo. Enquanto um observa a mutação do governo representativo desde seu início no século XIX, outro apresenta as transições entre modelos democráticos e autoritários ao longo da história recente, ou até mesmo entre regime democráticos, semidemocráticos e autoritários na atualização de Mainwaring e Perez-Liñan.

À luz das propostas interpretativas acerca dos modelos representativos e, em específico a democracia de público, há de se considerar a possibilidade deste tipo representativo ser mais exitoso nos países que, assim como o Brasil, Argentina e Peru possuem características atípicas quanto à democratização, recente passado autoritário e populismo eleitoral.

Esta aproximação se dá pelo fato de que existem elementos de cultura política que aproximam mais esta realidade eleitoral, além de que algumas características já podem ser observadas a partir das últimas corridas eleitorais brasileiras.

Em linhas gerais, o propósito deste estudo, o de verificar a influência que a confiança nos partidos tem sobre a adesão e satisfação com o regime democrático, foi cumprido, ainda

que os resultados não tenham sido tão animadores em comparação com o que é previsto na teoria democrática.

Neste sentido, há de se aguardar os próximos passos da conjuntura política e como estas ações serão assimiladas pelo eleitorado, visto que, até o momento foi observada a dificuldade, ou minimamente atipicidade, em lidar com tais instrumentos democráticos por parte dos eleitores latinoamericanos, em específico os brasileiros, argentinos e peruanos.

Bibliografia

- ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo; SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes. **Governabilidade e representação política na América do Sul**. Cap 1 “Partidos e sistemas eleitorais na América do Sul”. Unesp, 2004.
- AVRITZER, L; SOUZA SANTOS, B. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro, 2002.
- DAHL, R. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 1997
- MAINWARING, S.; BRINKS, D.; PEREZ-LIÑÁN, A.. **Classificando regimes políticos na América Latina, 1945-1999**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2001.
- MANIN, B. **As metamorfoses do governo representativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1995.
- MELO, Carlos Ranulfo; CÂMARA, Rafael. **Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil**. Dados-Revista de Ciências Sociais, v. 55, n. 1, 2012.
- MOISES, J. A.; CARNEIRO, G. P.. “ **Sobre o Enraizamento dos Partidos Políticos na Sociedade Brasileira**”. Interesse Nacional, 2015
- ROMÃO, W, M. **As Manifestações de junho e os desafios à participação institucional**. Boletim de Análise Político-Institucional. Ipea, Rio de Janeiro, 2013.
- CAMARGO, Malco. **Refinando a teoria do voto econômico: América Latina revisitada**. In: Telles, H.; Moreno, A. **Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina: o eleitor latino-americano**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- DUBÉ, Sebastián. **Opinião pública e voto em tempos de instabilidade macroeconômica – A Argentina**. In: Telles, H.; Moreno, A. **Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina: o eleitor latino-americano**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- TELLES, Helcimara; PIRES, Teresinha. “**Comunicação Política para o ‘terceiro mandato’ de Lula: a transferência de prestígio nas eleições presidenciais brasileiras de 2010**”. In: Telles, H.; Lavareda, A. (orgs.) **Voto e estratégias de comunicação política na América Latina**. Curitiba: Editora Appris, 2015.
- PANKE, Luciana. **Spots em campanhas eleitorais: representações do universo feminino de candidatas à presidência – Brasil e México**. In: Telles, H.; Lavareda, A. (orgs) **Voto e estratégias de comunicação política na América Latina**. Curitiba: Editora Appris, 2015.

OSORIO, Rodrigo. Perú, 2012-2014. **Voto económico en una democracia sin partidos.**
<http://www.revistas.uchile.cl/index.php/RP/article/viewFile/38152/39805>